

Territórios Emergentes da Ação Pública Local e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira

SUMÁRIO

	Pág.
1. JUSTIFICATIVA	2
1.1. Pará e Maranhão: problemáticas - compartilhada e específica	8
2. OBJETIVOS	11
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
3.1. Construção dos territórios emergentes, novas instituições e o debate sobre a legitimidade	12
3.2. As ferramentas e os instrumentos da gestão das ações locais	15
3.3. Os novos territórios do desenvolvimento sustentável	17
4. INFRA-ESTRUTURA E CONTRAPARTIDA A SEREM APRESENTADAS PELAS EQUIPES	22
5. IDENTIFICAÇÃO DAS LINHAS DE ATUAÇÃO PRETENDIDAS, APÓS O TÉRMINO DO PROJETO	23
6. METAS ESTABELECIDAS	24
7. RESULTADOS ESPERADOS/ IMPACTO PREVISTO	25
8. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	26
9. ORÇAMENTO	27
10. REFERÊNCIAS	36

Territórios Emergentes da Ação Pública Local e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira

1. Justificativa

Este projeto dá continuidade a uma parceria acadêmica que aproximou, desde fins dos anos de 1990, professores das Universidades Federais do Pará e do Maranhão, aos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro – através do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA/UFRJ. Tal relação produziu um conjunto de pesquisas sobre organizações e projetos sócio-ambientais na Amazônia brasileira, nas quais foram focalizados: 1. organizações não-governamentais, atores sociais diversos e suas trajetórias, e seu envolvimento na idealização, elaboração de modelos, implementação e gestão de Unidades de Conservação (AQUINO, 2003; SANT'ANA JÚNIOR, 2004); 2. Empresas de exploração madeireira e iniciativas de certificação florestal em ações na Amazônia brasileira (CARNEIRO, 2004); 3. Ambientalistas e pesquisadores e suas trajetórias; 4. Atores locais, reações, manifestações de conflito e formas de intervenção nos projetos em questão.

A partir desses trabalhos, constituiu-se um grupo que passou a atuar na proposição e composição de Grupos de Trabalho e Mesas Redondas em fóruns nacionais como os da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) (2004, 2006 e 2008), da ANPOCS (a partir de 2001), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) (2007, 2008 e 2009) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (2006 e 2008). Esses eventos reuniram a cada ano um número significativo de professores e alunos de pós-graduação de inúmeras unidades federais e institutos de pesquisa, das várias regiões do país, sempre, porém, com uma representatividade significativa de trabalhos sobre a Amazônia e profissionais e alunos das instituições de ensino e pesquisa da Região Norte/Nordeste.

No primeiro momento, a preocupação com os conflitos que eclodiam nas áreas de implementação dos projetos sócio-ambientais, se expressou fortemente nos trabalhos dos

diversos fóruns; como desdobramento desenvolveram-se debates sobre os processos de reordenação territorial que se faziam a partir das agências governamentais; e finalmente, foram trazidos para discussão estudos sobre a dinâmica dos movimentos sociais, associações, ONGs e equipes locais de Igrejas e ambientalistas atuantes nas diversas áreas pesquisadas.

A problemática, de fato, tem gerado inquietações e iniciativas de pesquisa cada vez numerosas, desde os anos de 1990, quando os modelos de desenvolvimento de orientação sócio-ambiental passaram a disputar espaços com os modelos desenvolvimentistas que haviam dominado inteiramente as décadas anteriores (LÉNA, 2002). As novas orientações manifestaram-se através das mudanças na legislação, criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – o SNUC, em 2000, por exemplo, e também na criação linhas de crédito e instrumentos de gestão de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, assentamentos agro-extrativistas, Projetos de Desenvolvimento Sustentável etc. Iniciativas em curso há quase duas décadas formam agora um conjunto de experiências maduras através das quais se podem examinar e avaliar o funcionamento das parcerias, a dinâmica das disputas, a eficácia dos instrumentos de mediação e resolução de conflitos.

O segundo processo que motivou a equipe de trabalho e contribuiu para a elaboração da presente proposta foi a experiência de cooperação acadêmica entre o PPGCS/UFPA e o Centre d'Études sur l'Action Local - CERAL/Université Paris 13. Tendo iniciado há cinco anos, no âmbito do programa CAPES/COFECUB, o projeto, concluído em dezembro de 2007, realizou um estudo comparativo focalizando territórios emergentes, resultantes de ação pública local na França e no Brasil (Amazônia), destacando os processos de mobilização de atores sociais diversos que buscam formas de atuação conjunta visando projetos de desenvolvimento territorial. Desse programa resultaram três teses de alunos do PPGCS/UFPA, em caráter de co-tutela, a realização de colóquios e publicação de livros e atividades de pesquisa. Oficialmente concluída, em 2007, a referida cooperação prossegue, entretanto, com a colaboração na UFPA, do professor e pesquisador do CERAL Pierre Teisserenc, que na qualidade de Visitante, e com o apoio

da CAPES (período de março a julho de 2009), vem trabalhando inclusive na orientação de teses em regime de co-tutela.

Desde 2006, com encerramento previsto para dezembro de 2009, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ recebem apoio da CAPES através de um projeto PROCAD denominado "Amazônia: paradigmas de desenvolvimento". Este projeto envolve diretamente seis professores do PPGCSoc/UFMA e quatro professores do PPGSA/UFRJ, além de alunos dos dois Programas. Em novembro de 2008, foi realizado, em São Luís, o segundo seminário do Projeto, envolvendo a apresentação de textos referentes às pesquisas realizadas e o planejamento das atividades para 2009. Os textos oriundos do seminário integraram o livro "Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sócio-cultural" (FERRETTI e RAMALHO, 2009), tendo ocorrido, no mesmo ano, a continuação das missões de estudo e de pesquisa. Está prevista para dezembro de 2009 a realização do último seminário do Projeto, no qual serão apresentados textos referentes às pesquisas desenvolvidas por professores, estudantes de pós-graduação e convidados, que comporão um número especial da Revista Pós Ciências Sociais (nº 12). No âmbito do projeto, foram produzidas duas teses de doutorado e oito dissertações de mestrado e estão em andamento três teses de doutorado e quatro dissertações de mestrado.

Cabe ainda indicar um resultado adicional da colaboração entre professores da UFPA/PPGCS e do UFRJ/IFCS, a partir da participação conjunta em seminários e discussões sobre as temáticas em foco nesta proposta, em diferentes oportunidades. Trata-se da elaboração de uma coletânea intitulada A Globalização e a Revalorização das Formas Associativas (MAGALHÃES, GOMES, MANESCHY e FERREIRA, organizadores, inédito), a ser publicada ainda em 2009 pela UFPA. Professores vinculados aos dois programas de pós-graduação são autores de capítulos na coletânea.

É a partir dos resultados dessas experiências de cooperação que vimos propor este novo projeto PROCAD, com o objetivo de ampliar e fortalecer o potencial revelado pelos dois processos de cooperação acadêmica entre os três Programas brasileiros de pós-graduação já referidos. Os pesquisadores desses programas que comporão a equipe do presente projeto já têm uma larga experiência de pesquisa na região Amazônica e nos temas

relativos a territorialidades e novas formas de territorialização, ação coletiva e projetos de desenvolvimento sustentável. Estão aptos ao diálogo e ao debate com outros centros de estudos dentro e fora da Amazônia e se propõem a investir, por um lado, no processo de consolidação do PPGCS/UFPA e, por outro, no projeto de implantação do curso de Doutorado no PPGCS/UFMA. Espera-se assim contribuir para o avanço das ciências sociais, especialmente, através das universidades federais da Amazônia.

A cooperação entre as instituições envolvidas propiciará melhorias nas condições de produção de conhecimento científico sobre dinâmicas sócio-ambientais e políticas nas quais as Unidades de Conservação, terras de quilombo, territórios indígenas e outras territorialidades (OLIVEIRA, 1999) se apresentam como exemplares. É o que referimos como territórios emergentes. Trata-se, sobretudo, de garantir com isso condições de formação e reprodução de “quadros”, tanto para o campo científico, quanto para o da gestão/participação nesses processos inovadores de reconfiguração territorial e social.

No caso do PPGCS/UFPA, de início, busca-se fomentar a capacidade de produção de conhecimento científico nas linhas de pesquisa “Usos Sociais dos Recursos Naturais”, “Trabalho e Sociedade Global” e “Populações Amazônicas: idéias e práticas sociais”. Elas têm recebido expressiva demanda em projetos de dissertações e de teses sobre a dinâmica de criação de Unidades de Conservação, em especial as RESEXs Marinhas e de Terra Firme, relacionados a transformações nas condições de trabalho de pescadores, quilombolas, agricultores assentados em Projetos de Desenvolvimento Sustentável (INCRA), extrativistas, das chamadas “populações tradicionais”, mas também de trabalhadores urbanos.

No PPGCSoc/UFMA, serão reforçadas as Linhas de Pesquisa “Relações de Produção e Ação Coletiva: Questão Agrária, Trabalho e Ambiente”, “Produção Social da Diferença: Minorias Nacionais, Questões Étnicas, Raciais e de Gênero” e “Sociabilidades e Sistemas Simbólicos: Cidade, Religião e Cultura Popular”, que recebem constantes demandas de projetos de dissertação voltados para temas como desenvolvimento, conflitos e políticas sócio-ambientais; modelos de natureza, práticas e saberes locais; campesinato; processos

de territorialização; movimentos sociais, identidades e mediação; religião, festas e manifestações simbólicas; produção social da identidade/diferença e sobre políticas indigenistas, étnicas, raciais e de gênero.

A consolidação de tais linhas de pesquisa se dará com maior número de trabalhos (dissertações e teses) defendidos no prazo médio de titulação, maior quantidade de artigos publicados em revistas qualificadas, bem como com uma maior inserção acadêmica dos grupos de pesquisadores deste projeto nos debates nacionais e internacionais sobre o assunto. No médio prazo, tais resultados traduzir-se-ão tanto na consolidação do PPGCS/UFPA, elevando-se a nota atual de 4 para 5, quanto na criação do doutorado no PPGCSsoc da UFMA.

Para tanto, tomar-se-á como objeto de análise, pelo conjunto de pesquisadores neste projeto, as dinâmicas de reconfiguração territorial. Novos processos sociopolíticos com efeito local, que implicam em aspectos pertencentes a dimensões extra-locais – regionais, nacionais e internacionais. Portanto, analisaremos a ação pública local, em especial na criação de Unidades de Conservação, projetos de assentamento, territórios quilombolas e indígenas, áreas protegidas nos estados do Pará e Maranhão, em atendimento a exigências do chamado desenvolvimento sustentável. Exigências aqui percebidas como reativas a um contexto global no qual se reconhece um estado de crise no fornecimento de energias não-renováveis, assim como uma apreciação de seus efeitos no médio prazo, conferindo destaque ao debate sobre o desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, acelera-se a implementação de ações nos territórios segundo pressupostos, talvez, de uma possível racionalidade ambiental (Leff, 2006). Tal implementação de ações é percebida aqui em um processo de *ambientalização* (LEITE LOPES, 2004), que tanto se traduz em um discurso quanto em práticas que priorizam a dimensão ambiental, restando então verificar no que concernem tais práticas, uma vez que numerosos atores afirmam que elas não existem ainda (AQUINO e SANT'ANA JÚNIOR, 2009; LEFF, 2001; ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005).

No plano regional, a Amazônia brasileira conhece atualmente importantes transformações institucionais, a ecoar a política do governo federal de proteção da biodiversidade de modo que, neste espaço, verifica-se a formação, por exemplo, de um imenso mosaico de Unidades de Conservação. Na Amazônia Legal, que ocupa 59% do território brasileiro, de acordo com Benatti e Fischer (2008), a partir de levantamentos realizados e publicados pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), hoje verifica-se que 36% das terras encontram-se sob algum regime legal de proteção. No estado do Pará, por exemplo, verifica-se que 70% do seu território estão reconfigurados em termos de Áreas Protegidas, destacando-se neste universo as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, dentre estas as RESEX historicamente identificadas com a mobilização e reivindicações de base local. Para entender esta dinâmica o PPGCS/UFPA, nos níveis de Mestrado e Doutorado, nas áreas de Antropologia e Sociologia, busca ampliar sua capacidade de acompanhamento, análise e reflexão, orientados pela compreensão de que estes territórios não apresentam um caráter inovador apenas do ponto de vista de estabelecimento de novos perímetros. Entende-se aqui que os territórios emergentes da ação pública, se se toma o caso das RESEX, por exemplo, ainda que sejam decretados a nível central do governo, são também escolhidos em função do estado do movimento social, de uma capacidade local de organização, pela existência de comunidades organizadas, de associações diversas que vão constituir os Conselhos Deliberativos, instituições novas susceptíveis a funcionar de acordo com novos princípios – a participação, por exemplo. A cargo destes conselhos, verifica-se a exigência de gerir os recursos vindos do Governo, utilizando-se instrumentos como os diagnósticos, os planos de manejo, com vistas a organizar e desenvolver os territórios. São, portanto, inovações que enfrentam grandes dificuldades para se fazerem aceitar pelas partes tradicionais da gestão local, como as prefeituras. Daí se colocam os riscos de conflitos e os desafios de legitimação. Portanto, apresentam também um caráter inovador no sentido de que representam definições diferentes em relação à ação pública, co-construída, a partir de um território, em resposta a desafios gerados pela globalização e pelos requisitos do desenvolvimento sustentável.

Tais referências estão presentes na Agenda 21, sendo então acionadas na justificação e legitimação da pertinência das ações envolvidas na criação e gestão destes novos territórios, bem como, na justificação e legitimação da construção e uso de novas instituições, instrumentos e ferramentas para realizar esta gestão. Tais como os Conselhos Deliberativos das RESEX, as Associações Comunitárias em territórios de Remanescentes de Quilombos, envolvidas nas lutas por direito e justiça, a criação de instituições como o ICMBio, autarquia criada, a partir de uma divisão resultante de ingerência do Governo Federal no interior do IBAMA, com a incumbência da gestão de Unidades de Conservação. É nesses territórios de ação local que ressaltamos algumas questões a exigir conhecimento e reflexão, como *o acordo; as novas instituições, sua organização e gestão; e a legitimidade.*

1.1. Pará e Maranhão: problemáticas - compartilhadas e específicas

A dinâmica de implantação de Unidades de Conservação e de outras Áreas Protegidas nos estados do Pará e Maranhão caracterizam em boa medida uma perspectiva sobre a Amazônia colocada como em oposição à perspectiva desenvolvimentista sobre essa parte do Brasil, para a qual foram dirigidas as políticas do Estado a partir dos anos de 1960 com o objetivo de integrá-la à economia nacional via grandes projetos de exploração agropecuária, mineral e madeireira, construção de rodovias, de ferrovia e de infraestrutura de produção de energia hidrelétrica (FERRETTI, ESTERCI e RAMALHO, 2009). Entre os estados da Amazônia reconhecidos como mais atingidos pelas chamadas “ofensivas modernizadoras” (BRITO, 2001; SANT’ANA JÚNIOR, 2004), encontram-se o Pará e Maranhão em cujos territórios a pecuária extensiva, uma estrutura fundiária concentrada, a ocupação ilegal das terras públicas, a monocultura para exportação e a economia mineradora para exportação, de fato, transformaram as paisagens, promoveram deslocamento de populações, interferiram em manifestações culturais e organizações religiosas, mudaram significativamente as condições de reprodução da vida de pequenos agricultores e de populações indígenas. Tais dinâmicas vêm sendo acompanhadas pelo esforço de pesquisa sociológica e antropológica que remonta ao período dos governos ditatoriais de 1964 a 1985, e documentadas em trabalhos como os de Hall (1989), de

Ribeiro (1990), Hébette (1991), para lembrar algumas referências do debate sobre o significado do desenvolvimento na Amazônia brasileira nas três últimas décadas do século XX, período no qual se destacou o Programa Grande Carajás com seus vultosos investimentos em infra-estrutura e unidade de produção (Mina, Estrada de Ferro Carajás, Porto da Ponta da Madeira). Um debate no qual se reconhece notadamente o agravamento das questões sociais e ambientais advindas da inversão de grande volume de capital em atividades como a mineração para exportação, em correspondências a idéias e estratégias sobre a Amazônia como “fronteira” econômica, oportunidade de reprodução do “grande capital”, espaço a ser integrado, como uma questão, assim justificada pelos planejadores do desenvolvimento para a Amazônia, sobretudo de “segurança nacional” (SANTOS, 2009).

Já em fins dos anos de 1980, quando a capacidade de investimentos do Estado no Brasil experimenta um declínio importante, quando 3.500 índios reúnem-se na cidade de Altamira, no Pará, para protestar contra a construção, no rio Xingu, do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, quando o líder seringueiro Chico Mendes é assassinado e o Banco Mundial adia o repasse de meio bilhão de dólares para o setor de infra-estrutura no Brasil, quando são criadas as quatro primeiras RESEX e, poucos anos mais tarde, as primeiras Reservas de Desenvolvimento Sustentável, fortalecia-se assim certo contexto. Qual seja, o contexto internacional preparatório à realização da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (CNUMAD), também conhecida como ECO-92, na qual projetou-se a Amazônia para o centro do debate ambiental como uma das últimas fronteiras (novamente a fronteira) a ser protegida e desenvolvida, desta vez na direção da sustentabilidade. Considerava-se a finitude dos recursos naturais, mudanças climáticas e ampla gama de argumentos presentes no documento publicado em 1987 pela Organização das Nações Unidas, “Nosso Futuro Comum”, que ficou conhecido como o Relatório Brundtland (CMMAD, 1991). E para simbolizar essa centralidade da Amazônia nessa perspectiva, convém referir o PP/G-7 (Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais), o importante aporte de recursos que, na década de 1990, e na seguinte, financiará iniciativas de pesquisa, criação e gestão de novos territórios, de apoio a atividades econômicas e de organização das populações,

de acordo com os princípios da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, concepções assumidas nas políticas ambientais no Brasil, especialmente para a Amazônia, a assumir um lugar e, em boa medida, a concorrer com outros interesses representados no Estado.

Está-se considerando então, como territórios exemplares da Amazônia no que tange à realização das investidas modernizadoras, tanto quanto das investidas que procuram contrariar tal hegemonia, os estados do Pará e Maranhão integrados pelo eixo central dos chamados Grandes Projetos, o Projeto Ferro Carajás.

Tanto quanto o Projeto Ferro Carajás, objeto de grande controvérsia, outra situação a afetar um território estratégico da Amazônia é projeto de construção da barragem de Belo Monte, no vale do rio Xingu. O desafio é enorme em todos os planos: econômico, social, ambiental e político. A realização deste projeto implica transformações que afetam um grande número de comunidades, constrangidas a se adaptar às exigências de um projeto que se justifica em nome de um interesse geral susceptível de responder aos desafios de uma política energética e que põe em causa - de maneira ambígua - o bem-estar das comunidades locais e certos imperativos do desenvolvimento sustentável. Resulta para estas comunidades, por conseguinte, *constrangimentos econômicos e sociais fortes* que testemunham, à sua maneira, que operações realizadas em nome do desenvolvimento sustentável podem ser portadoras de contradições e obrigam certas categorias de populações a assumir os seus efeitos, cujos custos sociais e econômicos são às vezes elevados. Estas contradições inscritas no meio de certas operações de desenvolvimento sustentável constituem um dos nossos objetos de investigação.

2. Objetivos

2.1. Desenvolver pesquisas sobre o funcionamento das novas instituições de gestão territorial participativa e autônoma, como os Conselhos Deliberativos, a maneira como eles se utilizam e se apropriam dos novos instrumentos como os diagnósticos, os planos e as dinâmicas locais no que concerne à mobilização social, dinâmicas e instâncias de decisão locais implicados nos processos de criação e de gestão dos territórios emergentes na Amazônia brasileira.

2.2. Identificar, acompanhar e analisar conflitos sócio-ambientais decorrentes de projetos de desenvolvimento instalados a partir do final da década de 1970 e/ou, atualmente, em vias de instalação.

2.3. Analisar a importância dos debates que tornam possível os acordos e precedem a escolha de ações: quais argumentos, quais critérios? Em particular, a questão da *ambientalização* e da ação coletiva através de critérios susceptíveis de se impor em contexto de politização dessas ações.

2.4. Analisar a pertinência das ações de uso dos recursos distribuídas por níveis de competência diferenciados, das quais se beneficiam estas mesmas ações, assim também analisar as normas e valores que informam a avaliação dessas ações e de seus resultados.

2.5. Abordar as novas instituições e os instrumentos no que tange ao funcionamento e a maneira pelas quais os atores se beneficiam deles, tiram proveito de certas construções e apropriações de instrumentos e ferramentas de gestão dos territórios emergentes, privilegiando o que se refere essencialmente à ação propriamente dita: uma ação pública (1), de caráter territorial (2), de natureza coletiva (3), que se define em resposta às exigências do desenvolvimento sustentável (4) e que encontra sua coerência na

integração a um projeto de território (5), do qual o plano de gestão é susceptível de apresentar o essencial de sua coerência e conjunto.

2.6. Analisar as alterações nas formas de simbolização e ritualização das festas e ritos populares.

2.7. Possibilitar condições de pesquisa, de debate e de comparação de dados etnográficos e resultantes de *surveys* sobre diferentes realidades sociais investigadas pelos conjuntos de profissionais docentes e discentes dos PPGCS/UFPA, PPGCS/UFMA e PPGSA/UFRJ sobre realidades de desenvolvimento de novas territorialidades no Pará e no Maranhão.

3. Fundamentação Teórica

3.1. Construção dos territórios emergentes, novas instituições e o debate sobre a legitimidade

A questão do acordo entre os atores: no Brasil, a instituição de territórios como as RESEX habitualmente se dá como uma resposta dada pela Presidência da República a uma reivindicação apresentada localmente por uma parte da sociedade civil organizada em movimento social e em conflito aberto com o poder local. A partir deste momento, o território define-se, organiza-se e decide suas modalidades de gestão por etapas sucessivas, que fazem, a cada vez, apelo a múltiplas e complexas negociações entre atores heterogêneos, a interesses diferentes e frequentemente divergentes, e que são confrontados, ao mesmo tempo, aos desafios da decisão e aos imperativos da inovação. Importa, assim, pesquisar como se constroem os acordos, os processos comunicativos e de deliberação e como traduzem as diferentes perspectivas sobre o território, conforme aponta Teisserenc (2007, p. 15) ao abordar o papel das controvérsias como mobilização e aprendizado coletivo:

Cette production intellectuelle s'appuie à la fois sur une sociologie cognitive qui s'intéresse d'abord et avant tout aux énoncés et aux discours pour analyser les rhétoriques d'acteurs, leurs arguments et leur justification¹ et également sur une science politique qui privilégie la prise en compte des controverses locales en tant qu'elles suscitent du débat, des échanges et de la mobilisation dans le cadre de ce que Michel Calon et Pierre Lascoumes ont appelé les « forums hybrides »² qui sont l'occasion d'une confrontation entre des expertises à dominante technique et scientifique à forte légitimité qui ont habituellement pour effet de justifier le projet ou le programme et des expertises à caractère social amenées par les représentants de la société civile organisée. L'analyse de ces controverses a permis de dégager le processus par lequel les échanges qui en résultent contribuent à une modification de la proposition du départ et à son enrichissement grâce à un important travail d'apprentissage collectif et à une mobilisation effective de nombreux acteurs.

¹ BOLTANSKI, L. et THEVENOT, L. (1991), *De la justification. Les économies de la grandeur*, Gallimard, Paris.

² CALLON M., LASCOUMES P. et BARTHE Y. (2001) *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*, Paris: Seuil, « La couleur des idées ».

Sobre a *questão das novas instituições, de sua organização e gestão e de sua legitimidade*: a emergência destes novos territórios é acompanhada da criação de instituições para assegurar a sua administração e gestão, baseadas em princípios de co-produção, ou co-gestão e que, evidentemente, diferem das concepções convencionais de gestão burocrática. Isso porque a gestão nesse caso exprime os sentidos compartilhados pelos atores do território. Está-se aqui de acordo com a idéia de criação de processo institucional expressa por Renaud Sainsaulieu e retomada por José Arocéna para dar conta da dinâmica própria às ações de desenvolvimento local com mobilização coletiva,

Ces institutions nouvelles dont la mission essentielle est d'assurer la gestion et le développement durable du territoire se présentent en effet comme le résultat d'un *processus de création institutionnelle* au sens où l'entend Renaud Sainsaulieu³ lorsqu'il analyse les transformations que connaissent les organisations qui s'engagent dans des types de management qu'il qualifie de « développement social » ; cette conception de la création institutionnelle a été ensuite reprise par José Arocéna pour rendre compte de la dynamique qui accompagne les initiatives de développement local⁴ lorsqu'elles se diversifient sur un territoire au point de générer des formes nouvelles de mobilisation collective. Une telle création peut s'entendre comme « l'institutionnalisation progressive de règles et principes menant à des pratiques effectives d'élaboration collective de projets (SAINSAULIEU, 1997, p. 360).

As perguntas sociológicas, antropológicas e jurídicas que nos preocupam aqui são menos aquelas do funcionamento destas instituições e mais da sua *originalidade*, isto é, de como elas se definem em função da ação e do seu sucesso e motivam a constituição de atores sociais nos territórios. O pressuposto é que

la démarche qui accompagne cette institutionnalisation s'appuie sur le constat d'une « crise des institutions territoriales qui se révèlent inadaptées aux exigences des initiatives locales » pour rechercher des réponses dans des formes alternatives d'institutions capables d'assumer le renouvellement des identités et du vécu collectif des populations par la mobilisation des représentations et des capacités d'initiative locales ainsi que par la mise en relation des acteurs individuels et collectifs, à l'articulation du central et du local (AROCÉNA, J., 1986, p. 66-7).

Resulta assim um interesse específico em analisar a pertinência das ações de uso dos recursos atribuídas por outros níveis de competência local e extralocais, que beneficia a realização, bem como, as normas e os valores que acompanham a avaliação destas ações e de seus resultados. Esta análise revela-se ainda mais necessária uma vez que estas ações são realizadas por novas instituições, que mantêm relações de concorrência e (na maior parte das vezes) de conflito com as instituições do poder local. Ademais, justifica-se também quando se tem em conta a histórica marginalização das populações no meio rural amazônico dos processos decisórios relacionados com ações públicas de impacto sobre

³ SAINSAULIEU Renaud, (1997), *Sociologie de l'entreprise*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques et Dalloz, Paris.

⁴ AROCENA, J.(1986), *Le développement par l'initiative locale: le cas français*. Paris :.Harmattan,

seus espaços. Essa “tradição” continua a imprimir marcas nas formas de ação individual e coletiva e nas relações interclasses (CONCEIÇÃO E MANESCHY, 2003)⁵.

Estes estados de concorrência ou de conflito explicam a importância dos debates locais sobre a *legitimidade* destas instituições e, ao mesmo tempo, sobre a natureza, as modalidades de aplicação e os indicadores de sucesso das ações, bem como os valores por elas promovidos. Esta questão da legitimidade tem não apenas fundamentos sociológicos e históricos, dado que se refere a uma certa identidade coletiva dos atores, mas também fundamentos jurídicos particularmente complexos como o são, na Amazônia brasileira, a secular problemática fundiária ou a, mais atual, problemática dos direitos de uso dos recursos naturais.

3.2. As ferramentas e os instrumentos da gestão das ações locais

Optamos por analisar estas novas instituições enquanto instrumentos de gestão destes territórios emergentes, privilegiando, neste eixo 2, uma abordagem que se refere essencialmente à ação propriamente dita: uma ação pública (1), de caráter territorial (2), de natureza coletiva (3), que se define em resposta às exigências do desenvolvimento sustentável (4) e que encontra sua coerência na integração a um projeto de território (5) (DURAN e THOENIG, 1996, p. 580-623).

Problemática destacada pela ciência política, a questão dos instrumentos de realização da ação pública local está no centro dos processos de emergência destes novos territórios. Assim compreende-se, a partir de Teisserenc (2009, p. 2), por sua vez fundamentado em Pierre Lascoumes e Patrick Le Galés, tal instrumento como “dispositivo técnico de vocação genérica”, pois se relaciona à criação de quadros ou contextos relativamente estáveis de ação e de negociação que permitam reduzir as incertezas e dêem suporte à ação coletiva. Teisserenc (2009) agrega, ainda, o caráter histórico desse dispositivo que, portanto, vai além da necessária eficácia técnica, para se

⁵ CONCEIÇÃO, M. F. e MANESCHY, M. C. Pescadores, agricultores e ribeirinhos na Amazônia Oriental: associativismo e sustentabilidade. **Boletim Rede Amazônia**, ano 2, n. 1, 2003. P. 61-69.

relacionar com os valores e princípios coletivos de ação sobre o território:

...se présente sous la forme d'une *institution sociale* qui se décompose en techniques permettant d'opérationnaliser l'instrument et en outils susceptibles de rendre la technique efficiente. En tant qu'institution sociale, l'instrument fournirait un cadre stable d'anticipations qui réduit les incertitudes et structure l'action collective. De plus, en tant qu'institution, l'instrument a une histoire qui permet de mieux comprendre les exigences, les valeurs et les principes d'action qui contribuent à la structuration de l'action collective que produit l'instrument ainsi que les référentiels cognitifs et normatifs qui accompagnent l'élaboration de l'action.⁶

Esta é a razão pela qual objetivamos, em cada um dos contextos estudados, esclarecer as *démarches* utilizadas, os *debates* que as acompanham, os *acontecimentos* que as marcam e os *atores* por elas mobilizados. Pois, a co-construção das ações acompanha-se de um trabalho de elaboração e aprofundamento do *diagnóstico do território*. Este constitui, inegavelmente, um dos instrumentos-chave da emergência destes novos territórios e de sua gestão. Deteremos atenção específica à maneira como o diagnóstico foi elaborado e apropriado pela totalidade ou parte dos atores envolvidos nas ações e ao uso que dele é feito localmente.

No caso de criação das Unidades de Conservação, em especial de RESEX, o legislador exige três tipos de diagnóstico: um diagnóstico socioeconômico, um diagnóstico do estado dos recursos naturais e um diagnóstico ambiental. Daí resulta uma tendência a uma abordagem setorial e segmentada do território, que limita a eficácia do uso do diagnóstico para a tomada de decisão. Certamente, o objetivo destes diagnósticos paralelos é conduzir à elaboração de um *Plano de Gestão* da RESEX ou da Unidade de Conservação. Trata-se de um objetivo ambicioso, na medida em que a realização deste Plano de Gestão de uma Unidade de Conservação requer não somente coerência do conjunto das ações propostas, como é o caso para um projeto de território no caso francês. O Plano de Gestão requer, ademais, a integração simultânea dos acordos passados e dos regulamentos negociados entre as comunidades locais e seus parceiros para permitir uma realização razoável das ações, assim como das disposições tomadas para reconhecer e valorizar “as competências culturais e sociais” das populações tradicionais em matéria de exploração sustentável dos recursos naturais.

⁶ TEISSERENC Pierre, “les RESEXs comme instruments des politiques publiques de développement durable en Amazonie brésilienne”. Aceito para publicação na Revista Pós-Ciências Sociais do PPGCSoc/UFMA, Dezembro de 2009.

3.3. Os novos territórios do desenvolvimento sustentável

Com o propósito de inscrever o conjunto de nossas investigações no grande debate, tanto ideológico como científico, sobre o desenvolvimento sustentável e trazer alguma luz a partir da análise das ações locais que buscam responder a seus efeitos, considerar-se-á, neste sentido, o seguinte: este debate é em grande parte dominado pelas abordagens das ciências “duras”, como a biologia e a agronomia, bem como da economia, que tendem, às vezes, a privilegiar os critérios de viabilidade imediata, sob o risco de simplificar as situações e os seus desafios. É importante *reintroduzir a complexidade* na análise destes fenômenos, que são em si mesmos complexos, tomando-os como campo privilegiado da abordagem pluridisciplinar, que mobiliza o conjunto das ciências sociais. A complexidade é perceptível, de imediato, quando se considera a variedade de sentidos, necessidades e expectativas que os atores coletivos e individuais aportam à constituição dos territórios. Além disso, a complexidade se exprime pela crescente interligação entre o local e o global e, notadamente, pela imbricação entre problemas e questões que se manifestam localmente e que não mais podem ser resolvidos por enfoques e competências setoriais, a exemplo dos problemas de emprego, de exclusão social, de discriminação ou de segurança pública. conforme destacam Duran e Thoenig (1996). Seu enfrentamento reclama mais e mais ações em concerto, envolvendo “parceiros heterogêneos”. Esses autores também chamam a atenção ao fato de que as situações de gestão local levantam problemas difíceis e cuja formulação requer conhecimentos que em parte são novos, a construir. Desvela-se, assim, uma parcela dos desafios inerentes à constituição dos novos territórios.

A prática do diagnóstico, referida anteriormente, procura responder a estas exigências. E o risco – já evocado - é de organizá-lo numa série de exercícios que respondem aos cânones da academia, apreciando alternadamente a sua viabilidade econômica, o seu alcance social, os seus desafios ambientais e a capacidade das populações locais de assumir tais desafios, quando deveria ser um *instrumento que articula* todas as dimensões e estas exigências num mesmo exercício. Nesse sentido, trabalhar sobre os *indicadores do desenvolvimento sustentável* e confrontá-los aos grandes princípios que fundam hoje o

discurso “obrigatório” sobre o desenvolvimento sustentável, aprofundando a crítica a esta noção (LEFF, 2001; ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005), torna-se, nesta perspectiva, uma tarefa importante. Vários aspectos poderiam deste ponto de vista chamar a nossa atenção, sendo apresentados aqui a título indicativo, os seguintes:

Há, em primeiro lugar, a questão do *engajamento das populações* que é ainda mais significativa, no contexto brasileiro, porque praticamente se impõe como um dos critérios de criação de uma Unidade de conservação, como a RESEX, e legítima, assim, a decisão do poder central como resposta às reivindicações do movimento social local. Mas este engajamento coletivo - como mostram numerosos estudos - inscreve-se numa história, mantém-se com o apoio de instituições e atinge o seu objetivo à custa de um enorme trabalho de qualificação dos recursos humanos locais. No contexto amazônico, sempre conflituoso, nos limites da legalidade, o que pode ser observado?

Vale referir, a esse respeito, estudo sobre experiências de formação de associações rurais no nordeste do Estado do Pará, identificando a restrição ou inexistência de canais de articulação, ou redes, entre essas organizações locais em diferentes municípios. Isso, a despeito de se defrontarem com questões comuns e de compartilharem objetivos e iniciativas (MANESCHY e KLOVDAHL, 2007)⁷, ligadas às repercussões do desmatamento, à sobrepesca, à busca de crédito e assistência técnica, ou à participação em conselhos municipais e de gestão de unidades de conservação.

Esta questão do engajamento coletivo junta-se obviamente, sem se confundir, à questão da pertinência e dos efeitos dos *procedimentos de participação* que são intrínsecos às exigências do desenvolvimento sustentável. Estas práticas de participação são frequentemente utilizadas para legitimar a ação e conferir-lhe o rótulo de desenvolvimento sustentável. Recorrendo uma vez mais a Teisserenc (2007), esse autor ressalva o potencial dos debates e, portanto, dos dispositivos de participação, que não se resumem a facilitar a adição de pontos de vista, mas tendem a favorecer, por tentativa e erros, a emergência de um “mundo comum”, aberto a explorações e a novos

⁷ MANESCHY, M. C. e KLOVDAHL, A. Redes de associações de grupos camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social? REDES, Revista Hispana para El Análisis de Redes Sociales, v. 12, p. 4-23, 2007.

aprendizados coletivos. Esse processo dinâmico e vivo, sublinha o autor, tem por efeito mobilizar os atores em busca de inovações sobre o território que é seu quadro de vida e que se torna, assim, um espaço público no qual se expressam lutas por reconhecimento e elaboração de identidades. Por outro lado, o autor atenta ainda para o fato de que as instâncias participativas envolvendo atores heterogêneos suscitam a produção de novos conhecimentos (“rupturas cognitivas”), fruto da apreciação do território em suas múltiplas dimensões e problemáticas, o que dará então nascimento ao “projeto de território” (TEISSERENC, P. 2007, p. 17).

A manutenção destes engajamentos coletivos repousa igualmente sobre o sucesso de certas formas de *aprendizagem coletiva*, na medida em que resultem de confrontações entre “especialistas” e “não especialistas”, dicotomia esta, aliás, a ser questionada no processo.

L’expérience des forums hybrides et des dispositifs participatifs nous indique que la réussite de la prise en compte de la pluralité dépend en grande partie du travail d’apprentissage collectif qui résulte de confrontations inhabituelles entre les techniciens ou experts, les élus et les acteurs locaux en tant qu’il s’agit de confrontations entre spécialistes et non-spécialistes. Ce travail d’apprentissage a pour effet la mise en cause des représentations à partir desquelles chacune des catégories d’acteurs en présence se fait des autres et des attendus qui en résultent. La réduction de l’écart qui sépare les profanes des spécialistes et le dépassement des jeux de rôles stériles qui tendent à prévaloir entre le citoyen ordinaire et ses représentants légitimes sont d’autant plus efficaces qu’ils ne se réalisent pas dans le seul but de s’exprimer et d’échanger à la recherche de compromis, mais dans le but de produire de l’action et de l’engagement »⁸

As três teses defendidas pelas estudantes brasileiras, no âmbito da co-tutela PPGCS/UFPA e CERAL/Paris 13 (MAGALHÃES, 2007; MOREIRA, 2008 e; LOPES, 2009), e uma outra que o será proximamente, vêm demonstrar justamente a importância desta atividade de aprendizagem que mobiliza especialmente o mundo universitário amazônico. Torna-se capital dar continuidade a investigações conjuntas nesta direção, de modo a melhor apreciar a natureza e as formas destas aprendizagens, bem como a qualidade dos beneficiários e os benefícios que daí advêm.

Há uma questão de forte teor ideológico e que ainda não foi objeto de trabalhos consequentes: as *competências culturais e sociais das populações tradicionais* - estas populações seriam portadoras de um "conhecimento" que as predisporiam a explorar de

maneira sustentável os recursos naturais do seu território. Conhecemos as numerosas reservas das ciências sociais em relação a qualquer *parti pris* culturalista. Esta, todavia, não é uma razão para contornar o obstáculo, uma vez que o problema é colocado em termos de *modelo alternativo ao desenvolvimento* no cenário mundial e as RESEX, em particular, supostamente trariam elementos de resposta a este desafio (ALMEIDA e CUNHA, 2001).

O território da ação local é também o espaço de construção de um poder político (ALMEIDA, 2004). Dissemos a esse respeito que a emergência destes novos territórios é acompanhada da criação de novas instituições que entram em concorrência ou conflito com as instituições tradicionais de poder local. Este estado de concorrência explica a importância dos debates que daí resultam sobre a legitimidade destas novas instituições e coloca em novos termos a questão da pertinência das ações propostas ou realizadas e de seus resultados. Tratar-se-ia aqui de dar conta dos jogos de atores suscitados por esta situação de concorrência entre instâncias de poder e das novas *regulações sociais* que daí resultam, utilizando os instrumentos de análise da Sociologia dos sistemas de ator e da ação coletiva organizada⁹.

Pressupondo que na co-produção destas ações intervêm uma diversidade de atores e recursos - atores heterogêneos, recursos provenientes dos diferentes níveis de competências territoriais (mundial, nacional, estadual e regional) -, segue-se que o poder local não pode ser analisado apenas a partir do funcionamento de uma instituição única, somente legitimada para produzir as ações e as políticas públicas, mas como o resultado de uma *governança territorial*. Esta geralmente diz respeito ao conjunto dos atores implicados na ação local, quer se trate de atores locais ou atores externos ao território e que intervêm em nome de interesses superiores e das competências que estes interesses mobilizam (pensamos em especial, aqui, em certas ONGs e nos representantes de organismos mundiais ou outros Estados envolvidos em algumas

⁹ Em *Le Pouvoir et le Règle – Dynamique de l'action organisée*, (1993), Paris: Seuil, 410 p., Erhard Friedberg traz uma contribuição parcial mas também interessante sobre a maneira pela qual a ordem local se impõe como lugar privilegiado de regulações de ação coletiva. Segundo este autor, a partir do momento onde “on préoccupe de l'action collective des hommes il importe de se situer résolument sur le plan local, c'est-à-dire sur le terrain ou cette action se déroule”.

destas ações). É isto que se entende, habitualmente, por "governança multinível", analisada por alguns politólogos europeus no contexto da recomposição territorial, no seio da União Européia. E no contexto amazônico?

4. INFRA-ESTRUTURA E CONTRAPARTIDA A SEREM APRESENTADAS PELAS EQUIPES

As equipes comprometidas com o presente projeto contarão com a infra-estrutura de suas respectivas Instituições de Ensino Superior a seguir referidas :

- a) serviços de apoio administrativo – secretaria;
- b) espaço físico para o desenvolvimento das atividades;
- c) laboratórios de informática: computadores, impressoras, scanners;
- d) recursos multimídia e outros: data-show, máquina fotográfica, gravadores, filmadora aparelhos GPS;
- e) material bibliográfico.

A conrapartida das três equipes, a cargo de suas respectivas IES, se dará através dos seguintes itens:

- a) salários dos pesquisadores;
- b) financiamento da participação dos pesquisadores em eventos científicos (diárias e passagens);
- c) material de escritório;
- d) bolsas de discentes (CAPES, FAPEMA, FAPESPA, CNPq, FAPERJ);
- f) bolsas de produtividade dos professores (CNPq e FAPERJ).

5. IDENTIFICAÇÃO DAS LINHAS DE ATUAÇÃO PRETENDIDAS, APÓS O TÉRMINO DO PROJETO

As equipes envolvidas orientarão suas atividades conforme metas estabelecidas pelo projeto, que remetem tanto ao ensino quanto à pesquisa e orientação de mestrandos e doutorandos. Na troca de experiências oportunizada pela realização do projeto, o intercâmbio entre as instituições será potencializado, favorecendo a constituição, e a consolidação, de redes de pesquisa já existentes. Tal favorecimento desdobrar-se-á na formação de pesquisadores (mestres e doutores), no estímulo à investigação científica, na ampliação do número de publicações com os resultados de pesquisa.

No que se refere à pesquisa, serão estimuladas as investigações sobre a ação local e gestão coletiva em territórios que se apresentam sob algum regime de proteção, tais como as RESEX, e outras Unidades de Conservação, territórios quilombolas, assentamentos rurais, PDS (Projetos de Desenvolvimento Sustentável), mas também novos territórios fabris minero-metalúrgico e madeireiro. Tanto quanto serão estimuladas as investigações sobre os trabalhadores da pesca, do extrativismo, da agricultura, da indústria madeireira e minero-metalúrgica, conflitos sócio-ambientais, grupos sociais direta e indiretamente implicados nos territórios emergentes situados nos estados da Amazônia Oriental, especialmente no Pará e Maranhão. Para o ensino projeta-se a instituição de disciplinas novas nos Programas de Pós-Graduação que forneçam apoio teórico às pesquisas que, por sua vez, fornecerão suporte empírico a estas mesmas disciplinas, centradas na temática das relações entre ação local, dinâmicas territoriais e os desafios sociais, políticos e culturais frente às exigências do chamado desenvolvimento sustentável.

6. METAS ESTABELECIDAS

- a) Produção de 06 teses e 12 dissertações de boa qualidade, subsidiadas pelas condições de pesquisa e formação asseguradas pelo projeto;
- b) encaminhamento de 03 pesquisadores para realização de estágio pós-doc;
- c) encaminhamento de 04 alunos de doutorado e 04 de mestrado do PPGCS/UFPA, para sandwiche no PPGSA/UFRJ;
- d) encaminhamento de 04 alunos de mestrado do PPGCSoc/UFMA para sandwich no PPGSA/UFRJ e 02 para sandwich no PPGSA/UFPA;
- e) encaminhamento de 02 alunos do doutorado do PPGSA/UFRJ para cursos e pesquisa de campo no Pará ou Maranhão;
- f) edição de um número especial, na temática-objeto deste projeto, do periódico Revista Pós Ciências Sociais do PPGCSoc/UFMA;
- g) edição de um número especial, na temática-objeto deste projeto, da revista eletrônica Norte Social (neste momento em implantação), do PPGCS/UFPA,
- h) criação de condições para implantação do curso de doutorado em Ciências Sociais do PPGCSoc/UFMA;
- i) produção de dois livros com artigos relativos aos resultados da pesquisa;
- j) produção de dois livros, um sobre teoria da ação local e territórios emergentes e outro sobre teoria do reconhecimento e territórios quilombolas na Amazônia ;
- k) produção de 14 artigos a serem publicados em periódicos especializados na área das Ciências Sociais;
- l) consolidação do intercâmbio e da mútua colaboração entre os três Programas de Pós-Graduação.

7. RESULTADOS ESPERADOS/ IMPACTO PREVISTO

O projeto visa, fundamentalmente, constituir um campo privilegiado de pesquisa que possa gerar conhecimentos que acrescentem elementos à reflexão sobre os significados do *desenvolvimento*, e das dinâmicas territoriais recentes na Amazônia brasileira. Espera-se que seus resultados ponham em questão as concepções de *desenvolvimento*, *desenvolvimento sustentável* e *etnodesenvolvimento* e possam contribuir para a compreensão da ação do Estado na Amazônia na criação de Áreas Protegidas referenciadas nas idéias de conservação da socio-biodiversidade.

Contribuir para o trabalho acadêmico envolvendo instituições situadas em diferentes regiões do país para a troca de experiências em pesquisa e ensino nas Ciências Sociais de modo a estabelecer matrizes teóricas e metodológicas de maior alcance heurístico.

Espera-se consolidar grupos de pesquisa já existentes e constituir novos grupos, a integrar redes de cooperação acadêmica como referências de estudos sobre ação local, territórios emergentes e a questão do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido espera-se também contribuir decisivamente com a formação de novos pesquisadores competentes no debate privilegiado neste projeto.

Contribuir com os esforços pela elevação do conceito do PPGCS/UFPA de 4 para 5. E contribuir da mesma maneira com a instituição da formação em nível de doutorado no PPGCSoc/UFMA.

8. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ANO/ATIVIDADE - 2010	1º. SEM.	2º. SEM.
1ª Reunião: implantação do projeto e planejamento de atividades (Belém)		
Estágios Sanduíche: um estudante de doutorado e um estudante de mestrado do PPGCS/UFPA no PPGSA/UF RJ		
Estágio Sanduíche: um estudante de mestrado do PPGCSoc/UFMA no PPGSA/UF RJ		
Atividades de Ensino e Pesquisa no Pará		
ANO/ATIVIDADE - 2011	1º. SEM.	2º. SEM.
2ª Reunião: Avaliação dos dois primeiros anos e planejamento da continuidade do projeto (S. Luís)		
Estágios Sanduíche: um estudante de doutorado e um estudante de mestrado do PPGCS/UFPA no PPGSA/UF RJ		
Estágios Sanduíche: um estudante de mestrado do PPGCSoc/UFMA no PPGSA/UF RJ e um no PPGCS/UFPA		
Estágio Pós-Doutoral		
Atividades de Ensino e Pesquisa no Maranhão		
ANO/ATIVIDADE - 2012	1º. SEM.	2º. SEM.
3ª Reunião: Avaliação do terceiro ano e planejamento da continuidade do projeto		
Estágios Sanduíche: um estudante de doutorado e um estudante de mestrado do PPGCS/UFPA no PPGSA/UF RJ		
Estágio Sanduíche: um estudante de mestrado do PPGCSoc/UFMA no PPGSA/UF RJ		
Estágio Pós-Doutoral		
Atividades de Ensino e Pesquisa no Pará		
ANO/ATIVIDADE - 2013	1º. SEM.	2º. SEM.
4ª Reunião: Avaliação Geral do PROCAD		
Estágios Sanduíche: um estudante de doutorado e um estudante de mestrado do PPGCS/UFPA no PPGSA/UF RJ		
Estágios Sanduíche: um estudante de mestrado do PPGCSoc/UFMA no PPGSA/UF RJ e um no PPGCS/UFPA		
Estágio Pós-Doutoral		
Elaboração de Relatório Final		

9. ORÇAMENTO

1º ANO

MISSÕES DE ESTUDO

EQUIPE IES PROPONENTE

CANDIDATO: a selecionar _____
(quando não houver o nome do candidato informar "a selecionar")

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA MESTRADO SANDUÍCHE	<input checked="" type="checkbox"/>	
BOLSA DOUTORADO SANDUICHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL	<input type="checkbox"/>	

PERÍODO DA BOLSA
INÍCIO MÊS ANO
TÉRMINO MÊS ANO

VALOR TOTAL (R\$) 2.400,00

PASSAGEM/TRECHO R\$ (ida e volta)

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
BOLSA DOUTORADO SANDUICHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input checked="" type="checkbox"/>	
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL	<input type="checkbox"/>	

PERÍODO DA BOLSA
INÍCIO MÊS ANO
TÉRMINO MÊS ANO

VALOR TOTAL (R\$) 5.400,00

PASSAGEM/TRECHO R\$ (ida e volta)

EQUIPE ASSOCIADA 2:

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA MESTRADO SANDUÍCHE	<input checked="" type="checkbox"/>	
BOLSA DOUTORADO SANDUICHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	

PERÍODO DA BOLSA
INÍCIO MÊS ANO

ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL

TÉRMINO MÊS ANO VALOR TOTAL (R\$) PASSAGEM/TRECHO R\$ (ida e volta)**MISSÕES DE PESQUISA E DOCÊNCIA:**

EQUIPE IES ASSOCIADA 1

NOME DO DOCENTE	TRECHO (CUSTO)			DIÁRIAS			
		R\$		Nº		R\$	
Neide Esterci	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 14		R\$ 2.973,60	
Neide Esterci	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	
José Ricardo Ramalho	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 14		R\$ 2.973,60	
José Ricardo Ramalho	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	
José Reginaldo S. Gonçalves	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	
André Botelho	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	

EQUIPE IES ASSOCIADA 2

NOME DO DOCENTE	TRECHO (CUSTO)			DIÁRIAS			
		R\$		Nº		R\$	
Marcelo D. S. Carneiro	S. Luis/Belém/S. Luiz	R\$ 1.500,00		Nº 14		R\$ 2.973,60	
Marcelo D. S. Carneiro	S. Luis/Belém/S. Luiz	R\$ 1.500,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Elisabeth Beserra Coelho	S. Luis/Belém/S. Luiz	R\$ 1.500,00		Nº 14		R\$ 2.973,60	
Horacio A. S. Júnior	S. Luis/Belém/S. Luiz	R\$ 1.500,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Sergio F. Ferretti	S. Luis/Belém/S. Luiz	R\$ 1.500,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Benedito Souza Filho	S. Luis/Belém/S. Luiz	R\$ 1.500,00		Nº 03		R\$ 849,60	

7.3 PARCELA FIXA (valor máximo de R\$ 10.000,00 por ano por equipe)

EQUIPE	VALOR R\$
IES PROPONENTE	3.500,00
IES ASSOCIADA 1	3.500,00
IES ASSOCIADA 2	3.000,00

7.4 VALOR TOTAL PARA O 1º ANO POR EQUIPE

(soma dos valores de bolsas, auxílio-moradia, passagens, diárias e parcela fixa)

EQUIPE	VALOR R\$
IES PROPONENTE	17.300,00
IES ASSOCIADA 1	30.845,60
IES ASSOCIADA 2	24.409,20
TOTAL (valor máximo R\$ 75.000,00)	72.554,80

ORÇAMENTO 2º ANO**MISSÕES DE ESTUDO**

EQUIPE IES PROPONENTE

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA Mestrado Sanduíche	<input type="checkbox"/>	
Auxílio Moradia Mestrado Sanduíche	<input checked="" type="checkbox"/>	
BOLSA Doutorado Sanduíche	<input type="checkbox"/>	
Auxílio Moradia Doutorado Sanduíche	<input type="checkbox"/>	
Estágio Pós-Doutoral	<input type="checkbox"/>	

PERÍODO DA BOLSA
 INÍCIO MÊS ANO
 TÉRMINO MÊS ANO

VALOR TOTAL (R\$)	2.400,00
-------------------	----------

PASSAGEM/TRECHO	Belém/Rio de Janeiro/Belém	R\$	3.000,00	(ida e volta)
-----------------	----------------------------	-----	----------	---------------

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA Mestrado Sanduíche	<input type="checkbox"/>	
Auxílio Moradia Mestrado Sanduíche	<input type="checkbox"/>	
BOLSA Doutorado Sanduíche	<input type="checkbox"/>	
Auxílio Moradia Doutorado Sanduíche	<input checked="" type="checkbox"/>	
Estágio Pós-Doutoral	<input type="checkbox"/>	

PERÍODO DA BOLSA
 INÍCIO MÊS ANO
 TÉRMINO MÊS ANO

VALOR TOTAL (R\$)	5.400,00
-------------------	----------

PASSAGEM/TRECHO	Belém /Rio/Belém	R\$	3.000,00	(ida e volta)
-----------------	------------------	-----	----------	---------------

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA Mestrado Sanduíche	<input type="checkbox"/>	
Auxílio Moradia Mestrado Sanduíche	<input type="checkbox"/>	
BOLSA Doutorado Sanduíche	<input type="checkbox"/>	
Auxílio Moradia Doutorado Sanduíche	<input checked="" type="checkbox"/>	
Estágio Pós-Doutoral	<input type="checkbox"/>	

PERÍODO DA BOLSA
 INÍCIO MÊS ANO
 TÉRMINO MÊS ANO

VALOR TOTAL (R\$)	5.400,00
-------------------	----------

PASSAGEM/TRECHO	Belém /Rio/Belém	R\$	3.000,00	(ida e volta)
-----------------	------------------	-----	----------	---------------

EQUIPE ASSOCIADA 2

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA MESTRADO SANDUÍCHE
 AUXÍLIO MORADIA MESTRADO SANDUÍCHE
 BOLSA DOUTORADO SANDUÍCHE
 AUXÍLIO MORADIA DOUTORADO SANDUÍCHE
 ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL

PERÍODO DA BOLSA
 INÍCIO MÊS ANO
 TÉRMINO MÊS ANO

VALOR TOTAL (R\$)	2.400,00
-------------------	----------

PASSAGEM/TRECHO R\$ (ida e volta)

MISSÕES DE PESQUISA E DOCÊNCIA:

EQUIPE IES PROPONENTE

NOME DO DOCENTE	TRECHO (CUSTO)			DIÁRIAS			
		R\$		Nº		R\$	
Maria José da Silva Aquino	Belém/S. Luiz/Belém	R\$ 1.500,00		Nº 07		R\$ 1.404,20	
Luis Fernando Cardoso e Cardoso	Belém/S. Luiz/Belém	R\$ 1.500,00		Nº 07		R\$ 1.404,20	
Denise Machado Cardoso	Belém/S. Luiz/Belém	R\$ 1.500,00		Nº 04		R\$ 802,40	
Maria Angélica A. Espírito Santo	Belém/S. Luiz/Belém	R\$ 1.500,00		Nº 04		R\$ 802,40	

EQUIPE IES ASSOCIADA 1

NOME DO DOCENTE	TRECHO (CUSTO)			DIÁRIAS			
		R\$		Nº		R\$	
Neide Esterci	Rio/S. Luiz/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 802,40	
José Ricardo Ramalho	Rio/S. Luiz/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 802,40	
José Reginaldo S. Gonçalves	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 14		R\$ 2.973,60	
José Reginaldo S. Gonçalves	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	
André Botelho	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 14		R\$ 2.973,60	
André Botelho	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	

PARCELA FIXA (valor máximo de R\$ 10.000,00 por ano por equipe)

EQUIPE	VALOR R\$
IES PROPONENTE	3.000,00
IES ASSOCIADA 1	3.500,00
IES ASSOCIADA 2	3.500,00

VALOR TOTAL PARA O 2º ANO POR EQUIPE

(soma dos valores de bolsas, auxílio-moradia, passagens, diárias e parcela fixa)

EQUIPE	VALOR R\$
IES PROPONENTE	35.613,20
IES ASSOCIADA 1	30.751,20

IES ASSOCIADA 2	5.900,00
TOTAL (valor máximo R\$ 75.000,00)	72.264,40

ORÇAMENTO 3º ANO

MISSÕES DE ESTUDO

EQUIPE ASSOCIADA 1:

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	PERÍODO DA BOLSA INÍCIO MÊS <input type="text" value="06"/> ANO <input type="text" value="2012"/> TÉRMINO MÊS <input type="text" value="12"/> ANO <input type="text" value="2012"/>
AUXÍLIO MORADIA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
BOLSA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input checked="" type="checkbox"/>	
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL	<input type="checkbox"/>	

VALOR TOTAL (R\$)

PASSAGEM/TRECHO R\$ (ida e volta)

EQUIPE ASSOCIADA 2:

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	PERÍODO DA BOLSA INÍCIO MÊS <input type="text" value="08"/> ANO <input type="text" value="2012"/> TÉRMINO MÊS <input type="text" value="12"/> ANO <input type="text" value="2012"/>
AUXÍLIO MORADIA MESTRADO SANDUÍCHE	<input checked="" type="checkbox"/>	
BOLSA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL	<input type="checkbox"/>	

VALOR TOTAL (R\$)

PASSAGEM/TRECHO R\$ (ida e volta)

BOLSA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	PERÍODO DA BOLSA INÍCIO MÊS <input type="text" value="08"/> ANO <input type="text" value="2012"/> TÉRMINO MÊS <input type="text" value="10"/> ANO <input type="text" value="2012"/>
AUXÍLIO MORADIA MESTRADO SANDUÍCHE	<input checked="" type="checkbox"/>	
BOLSA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL	<input type="checkbox"/>	

VALOR TOTAL (R\$)

PASSAGEM/TRECHO R\$ (ida e volta)

MISSÕES DE PESQUISA E DOCÊNCIA:
EQUIPE IES PROPONENTE

NOME DO DOCENTE	TRECHO (CUSTO)			DIÁRIAS			
		R\$		Nº		R\$	
Angélica A. Espírito Santo	Belém/Rio/Belém	R\$ 3.000,00		Nº 07		R\$ 2.973,60	
Cristina Alves Maneschy	Belém/Rio/Belém	R\$ 3.000,00		Nº 07		R\$ 2.973,60	
Andréa B. Pires Chaves	Belém/Rio/Belém	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Heribert Schmitz	Belém/Rio/Belém	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Maria Jose da Silva Aquino	Belém/Rio/Belém	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Denise Machado Cardoso	Belém/Rio/Belém	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	

EQUIPE IES ASSOCIADA 2

NOME DO DOCENTE	TRECHO (CUSTO)			DIÁRIAS			
		R\$		Nº		R\$	
Sergio Figueiredo Ferretti	S. Luiz/Rio/S. Luiz	R\$ 3.000,00		Nº 07		R\$ 2.973,60	
Benedito Souza Filho	S. Luiz/Rio/S. Luiz	R\$ 3.000,00		Nº 07		R\$ 2.973,60	
Horacio A. S. Júnior	S. Luiz/Rio/S. Luiz	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Marcelo D. S. Carneiro	S. Luiz/Rio/S. Luiz	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Elisabeth Beserra Coelho	S. Luiz/Rio/S. Luiz	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	

PARCELA FIXA (valor máximo de R\$ 10.000,00 por ano por equipe)

EQUIPE	VALOR R\$
IES PROPONENTE	3.500,00
IES ASSOCIADA 1	3.000,00
IES ASSOCIADA 2	3.500,00

VALOR TOTAL PARA O 3º ANO POR EQUIPE

(soma dos valores de bolsas, auxílio-moradia, passagens, diárias e parcela fixa)

EQUIPE	VALOR R\$
IES PROPONENTE	27.872,00
IES ASSOCIADA 1	11.400,00
IES ASSOCIADA 2	32.122,40
TOTAL (valor máximo R\$ 75.000,00)	71.394,40

ORÇAMENTO 4º ANO

MISSÕES DE ESTUDO

EQUIPE IES PROPONENTE

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>
AUXÍLIO MORADIA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>
BOLSA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>
AUXÍLIO MORADIA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input checked="" type="checkbox"/>
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL	<input type="checkbox"/>

PERÍODO DA BOLSA
INÍCIO MÊS ANO
TÉRMINO MÊS ANO

VALOR TOTAL (R\$)

PASSAGEM/TRECHO R\$ (ida e volta)

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA MESTRADO SANDUÍCHE	<input checked="" type="checkbox"/>	
BOLSA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL	<input type="checkbox"/>	

PERÍODO DA BOLSA
 INÍCIO MÊS ANO
 TÉRMINO MÊS ANO

PASSAGEM/TRECHO R\$ (ida e volta)

EQUIPE ASSOCIADA 1:

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
BOLSA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input checked="" type="checkbox"/>	
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL	<input type="checkbox"/>	

PERÍODO DA BOLSA
 INÍCIO MÊS ANO
 TÉRMINO MÊS ANO

PASSAGEM/TRECHO R\$ (ida e volta)

EQUIPE ASSOCIADA 2:

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA MESTRADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA MESTRADO SANDUÍCHE	<input checked="" type="checkbox"/>	
BOLSA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
AUXÍLIO MORADIA DOUTORADO SANDUÍCHE	<input type="checkbox"/>	
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL	<input type="checkbox"/>	

PERÍODO DA BOLSA
 INÍCIO MÊS ANO
 TÉRMINO MÊS ANO

PASSAGEM/TRECHO R\$ (ida e volta)

CANDIDATO: a selecionar

DOCENTE ALUNO

MODALIDADE:

BOLSA MESTRADO SANDUÍCHE
 AUXÍLIO MORADIA MESTRADO SANDUÍCHE
 BOLSA DOUTORADO SANDUÍCHE
 AUXÍLIO MORADIA DOUTORADO SANDUÍCHE
 ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL

PERÍODO DA BOLSA
 INÍCIO MÊS ANO
 TÉRMINO MÊS ANO

VALOR TOTAL (R\$)

PASSAGEM/TRECHO R\$ (ida e volta)

MISSÕES DE PESQUISA E DOCÊNCIA :

EQUIPE IES ASSOCIADA 1

NOME DO DOCENTE	TRECHO (CUSTO)			DIÁRIAS			
		R\$		Nº		R\$	
José Reginaldo S. Gonçalves	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	
André Botelho	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Neide Esterci	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 07		R\$ 1.486,80	
José Ricardo Ramalho	Rio/Belém/Rio	R\$ 3.000,00		Nº 07		R\$ 1.486,80	

EQUIPE IES ASSOCIADA 2

NOME DO DOCENTE	TRECHO (CUSTO)			DIÁRIAS			
		R\$		Nº		R\$	
Marcelo D. S. Carneiro	S. Luis/Belém/S. Luiz	R\$ 1.500,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Elisabeth Beserra Coelho	S. Luis/Belém/S. Luiz	R\$ 1.500,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Horacio A. S. Júnior	S. Luis/Belém/S. Luiz	R\$ 1.500,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Sergio F. Ferretti	S. Luis/Belém/S. Luiz	R\$ 1.500,00		Nº 04		R\$ 849,60	
Benedito Souza Filho	S. Luis/Belém/S. Luiz	R\$ 1.500,00		Nº 04		R\$ 849,60	

PARCELA FIXA

EQUIPE	VALOR R\$
IES PROPONENTE	3.500,00
IES ASSOCIADA 1	3.500,00
IES ASSOCIADA 2	3.000,00

VALOR TOTAL PARA O 4º ANO POR EQUIPE

(soma dos valores de bolsas, auxílio-moradia, passagens, diárias e parcela fixa)

EQUIPE	VALOR R\$
IES PROPONENTE	17.300,00
IES ASSOCIADA 1	28.572,80
IES ASSOCIADA 2	25.548,00
TOTAL	71.420,80

Orçamento 4 anos	VALOR R\$
Ano 1	72.554,80
Ano 2	72.264,40
Ano 3	71.394,40
Ano 4	71.420,80
Total GERAL	287.634,40

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de (2004). Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll. pp. 37-56.
- ALMEIDA, M. W. B. e CUNHA, M. C. (2001). Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. (Org.). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliações e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental. pp. 92-107.
- AQUINO, M. J. S. (2003). “A Casa dos Nossos Gens”: um estudo sobre ONGs ambientalistas na Amazônia. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ. Disponível em www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa/doutorado/doutorado2003_39.html
- AQUINO, Maria José da Silva; SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes (2009). Ferro, “Canga”, Mangue, Conservação Ambiental e Exploração Mineral na Amazônia Brasileira. In: FERRETTI, Sergio Figueiredo; RAMALHO, José Ricardo (Org.). *Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. São Luís: EDUFMA. pp. 49-75.
- AROCENA, J. (1986). *Le développement par l’initiative locale: le cas français*. Paris : Harmattan,.
- AUBERTIN C. (1995). Les Réserves Extractivistes : un nouveau modèle pour l’Amazonie ?. In : *Natures, Sciences, Sociétés*, 3, p. 102-115. Disponível em http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_6/b_fdi_35-36/41681.pdf.
- AUBERTIN C. e PINTON, F. (1996). De nouvelles frontières du développement durable : la construction des espaces de droits en Amazonie brésilienne. In : ALBALADEJO, C. e TULET, J-C. (coord.). *Novas Fronteiras e Populações Tradicionais: a construção de espaços de direitos*. Paris : l’Harmattan. Disponível em www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/3011/3050
- BACQUÉ, M. H. & SINTOMER, Y. (1999). L’espace public dans les quartiers populaires d’habitat social. In: NEVEU, C. *Espace public et engagement politique. Enjeux et logiques de la citoyenneté locale*. Paris: l’Harmattan, « Logiques politiques ».
- BENATTI, J. H. & FISCHER, L. R. C. (2008). As Áreas Protegidas no Brasil: uma estratégia de conservação dos Recursos Naturais. In: COSTA, P. S. W. A. (Org.). *Direitos Humanos em Concreto*. Curitiba: Juruá Editora. p. 225-256.
- BLONDIAUX, L. & LEVEQUE, S. (1999). La politique locale à l’épreuve de la démocratie. Les formes paradoxales de la démocratie participative dans le XXIème arrondissement de Paris . In : NEVEU, C. (Org.). *Espace public et engagement politique. Enjeux et logiques de la citoyenneté locale*. Paris: l’Harmattan, « Logiques politiques ».
- BOLTANSKI Luc, THEVENOT Laurent (1991). *De la justification*. Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard.

- BRITO, D. C. (2001). *A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia*. Belém: NAEA/UFGA.
- CALLON M., LASCOUMES P. et BARTHE Y. (2001). *Agir dans un monde incertain*. Essai sur la démocratie technique. Paris : Seuil. « La couleur des idées ».
- CARDOSO, L. F. C. (2009). Diálogos intermitentes: notas sobre antropologia e ética. *Revista Antropológicas*, v. 20, p. 35-60,
- CARDOSO, L. F. C. (2009). Sobre Imagens e Quilombos: Notas a respeito da construção da percepção acerca das imagens das comunidades quilombolas. *Instrumento (Juiz de Fora)*, v. 12, p. 5-20,
- CARNEIRO, M. S. (2004). *O dinheiro é verde: A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia / IFCS / UFRJ.
- CARNEIRO, M. S. (2009). O Desenvolvimento da Certificação Sócio-ambiental e a Nova Dinâmica da Ação Empresarial na Amazônia. In: FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. (Org.). *Amazônia: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural*. São Luís: EDUFMA. pp. 17-44.
- CASTELLS, M. (2000). *A sociedade em rede*. Trad. K.B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, M. (2002). *O poder da identidade*. Trad. K.B. Gerhardt. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *Nosso Futuro Comum*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- CONCEIÇÃO, M. F. e MANESCHY, M. C. Pescadores, agricultores e ribeirinhos na Amazônia Oriental: associativismo e sustentabilidade. **Boletim Rede Amazônia**, ano 2, n. 1, 2003. P. 61-69.
- DOUGLAS, M. (1998). *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP.
- DURAN P. & THOENIG J.C. L'État et la gestion publique territoriale. In: *Revue Française de Science Politique*, vol. 46, n°4, août 1996, p. 580-623.
- ESTERCI, N. (2003). A Luta pela Terra e a Função Ambiental. In: Esterci, N. & VALLE, R. S. T. (Orgs.). *Reforma Agrária e Meio Ambiente*. São Paulo: Instituto Socioambiental. p. 09-18.
- FERRETTI, S. F.; ESTERCI, N. e RAMALHO, J. R. (Orgs). (2009). Amazônia, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural – Introdução. In: FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. (Orgs). *Amazônia: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural*. São Luís: EDUFMA. p. 5-15.
- FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. (Orgs). (2009). *Amazônia: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural*. São Luís: EDUFMA.
- FRIEDBERG, Erhard. (1993). *Le Pouvoir et le Règle – Dynamique de l'action organisée*. Paris: Seuil.

- GIDDENS, A. (1989). *A Constituição da Sociedade*. Sao Paulo: Martins Fontes.
- GOMES, A. C.; MAGALHÃES, S. B. ; MANESCHY, M. C. e FERREIRA, J. M. C. (2009). Globalização e revalorização das forma associativas. Belém : Núcleo de Meio Ambiente/Universidade Federal do Pará. (no prelo).
- HALL, A. L. (1991). *Desenvolvimento Para Quem? Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HÉBETTE, J. (1991). *O Cerco Está se Fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Rio de Janeiro: FASE; Vozes: Belém: NAEA/UFPA.
- LASCOUMES, P.; LE GALES, P. (2007). *Gouverner par les instruments*. Paris : Les Presses de Science Po, coll. "Gouvernance".
- LAVILLE J. L. e SAINSAULIEU, R. (Dir.). (1997) *Sociologie de l'association*. Paris: Desclée de Brouwer.
- LEFF, Enrique. 2001. La insoportable levedad de la globalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. vol. 7, n. 1 (ene.-abr.): 149-160.
- LEFF, E. (2006). *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEITE LOPES, J. S. (Coord.) (2004). *A "ambientalização" dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ.
- LÉNA, P. (2002). As Políticas de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia – problemas e contradições. In: *Boletim Rede Amazônia*, Ano 1, nº 1.
- LÉNA, P. Expansion de la frontière économique, accès au marché et transformation de l'espace rural en Amazonie brésilienne. In: *Cahiers des sciences humaines*, 1992, nº 28, p.579-601.
- MAGALHAES, S. B. (2007). *Lamento e dor. Uma análise sócio-antropologica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, co-tutela com Universidade Paris 13. Sob a direção de Jean HÉBETTE e de Pierre TEISSERENC. Disponível em http://www.ufpa.br/ppgcs/index.php?option=com_content&view=article&id=145&Itemid=53
- MANESCHY, M. C. e KLOVDAHL, A. (2007). Redes de associações de grupos camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social? REDES, Revista Hispana para El Análisis de Redes Sociales, v. 12, p. 4-23, 2007.
- MOREIRA, E. S. S. (2008). *Movimento social Amazônico em defesa de Territórios e de modos de vida rurais : estudo sociológico no Baixo Xingu*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, co-tutela com Universidade Paris 13. Sob a direção de Jean HÉBETTE e de Pierre TEISSERENC.
- OLIVEIRA, João Pacheco (1999). *A viagem de volta*. Rio de Janeiro: Contracapa.

OLSON, M, (1999). *A Lógica da Ação Coletiva*: os benefícios públicos de uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP.

ROCHA, G., TEISSERENC, P. e MAGALHAES S. (2009). *Território de Desenvolvimento e Ações Públicas*. Belém (PA): EDUFPA.

ROCHA G., TEISSERENC, P. e MAGALHAES S. (2009). *Território de Desenvolvimento e Ações Públicas*. Belém (PA): EDUFPA.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. (2004). *Florestania*: a saga acreana e o Governo da Floresta. Rio Branco: Edufac.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. & AQUINO, M. J. S. (2009). Ferro, “Canga”, Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. (Orgs). *Amazônia*: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural. São Luís: EDUFMA. p. 45-72.

SANTOS, R. S. P. (2009). Estado Nacional – o desenvolvimento econômico na Amazônia Oriental: modelos de ação estatal e representações da modernização induzida nos últimos 40 anos. In: FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. (Orgs). *Amazônia*: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural. São Luís: EDUFMA.

SCHMITZ, H. (2005). *Partizipation und Partnerschaft: Bauern, Forscher und Berater in Brasilien*. Weikersheim: Margraf., 312p.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; PRADO, E. S. A. C. (2007). Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural. In: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 7. Fortaleza. Anais. Fortaleza: SBSP. CDROM.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR, J.F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. *Ambiente & Sociedade*, Campinas-SP. (aceito para publicação).

TEISSERENC P. (2007). La mobilisation des acteurs sur les territoires de l'action publique. In : Laroussi AMRI : Les politiques de développement territorial dans le Maghreb contemporain. Approches comparées. Tunis: Éditions du CERES (Centre d'Etudes et de Recherches Economiques et Sociales), octobre 2007.

TEISSERENC Pierre (2009). Les RESEX comme instruments des politiques publiques de développement durable en Amazonie brésilienne. In: *Revista Pós-Ciências Sociais*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão. São Luís: dezembro de 2009 (no prelo).

TEISSERENC, P. MILANEZ, N., MAGALHÃES, S. B. (2007). Le Brésil à l'épreuve de la modernité. Discours, savoir et pouvoir. Éditions de l'Harmattan, coll. « Questions contemporaines ». 232 p.

TEISSERENC, P. (1994). La mobilisation des acteurs de développement. In : *Sociétés contemporaines*, n° 18-19, décembre 1994, p.187-213.

TEISSERENC, P. (1997). Le développement par la culture. In *L'Homme et la société*, 1997/3, n°125, p.107-121.

TEISSERENC, P. (2002). *Les politiques de développement local*. 2^{ème}. Édition. Paris : Économica, Collection « Collectivités Territoriales ».

TEISSERENC, P. (Org.) (2006). *La mobilisation des acteurs dans l'action publique locale au Brésil, en France et en Tunisie*. Paris: l'Harmattan. coll. Logiques sociales.

TEISSERENC, P., ROCHA, G. e MAGALHAES S. B. (2008), *Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia*, Belém (PA) : EDUFPA e NUMA.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.) (2005). *A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica.